

Representação Política e Gênero na Câmara Legislativa do Distrito Federal

Maria Gutenara Martins Araújo¹

Resumo

Este artigo tem como finalidade apresentar as condições que orientam mulheres e homens na construção de suas carreiras políticas na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Essas condições, no entanto, serão apresentadas a partir do debate de carreira política para, em seguida, analisar os dados referentes ao Distrito Federal coletados na pesquisa *Carreira Política e Gênero no Brasil*².

A escolha de analisar a Câmara Legislativa do Distrito Federal se dá por tentar compreender se a lógica das trajetórias políticas é igual tanto para homens quanto para mulheres no início da construção de suas carreiras na política formal.

Os resultados apontam a importância de muitos dos mesmos filtros sociais e tipos de capitais políticos que agem na carreira de deputados/as em nível nacional. Esse fato pode indicar que muitos dos determinantes da carreira política se iniciam antes mesmo da entrada dos/as deputados/as na política formal. Além disso, os dados apontam a fragilidade da legislação de cotas também em nível distrital.

Introdução - Desigualdade de Gênero na Política Brasileira

A presença de mulheres na Câmara dos Deputados do Brasil não chega a 10% do total de parlamentares, enquanto que o total de mulheres na população corresponde a pouco mais da metade do total da população brasileira. No Distrito Federal, capital da República, essa proporção é um pouco maior, 16,7% das cadeiras são de mulheres (4 deputadas do total de 25 cadeiras). A subrepresentação política em contraste com o percentual da população brasileira não é exclusiva das mulheres, mas também de negros que contam com pouco mais de 8% das cadeiras do Congresso. A política brasileira se configura, então, como uma arena elitizada onde grupos sociais parecem ter menos oportunidade de ingresso no campo político formal.

Miguel e Biroli (2010) apontam três elementos responsáveis pela desigualdade política das mulheres: o patriarcalismo, que ainda estaria presente nas instituições liberais; a forma diferenciada de socialização entre homens e mulheres, que inibe a “ambição política” das

¹ Mestranda em Ciência Política no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (IPOL/UnB)

² Pesquisa coordenada pelo Professor Luis Felipe Miguel (IPOL/UnB)

mulheres; e os constrangimentos na construção da carreira política, devido à desigualdade de recursos e tempo para a carreira política.

O patriarcalismo é um elemento importante para compreensão das desigualdades entre os homens e as mulheres também em suas trajetórias políticas. O contrato social que concedeu liberdade e direitos individuais aos homens ao mesmo tempo instituiu o contrato sexual que sujeitou as mulheres à esfera privada negando-lhes liberdades e direitos políticos (PATEMAN, 1993 [1988], p.21). Assim, nem o contrato social nem a modernização foram suficientes para eliminar o patriarcalismo da estrutura social, que conseguiu adaptar-se às instituições liberais (PATEMAN, 1993 [1988]). Segundo Walby (1990), essa adaptação do patriarcado se daria de duas formas. A primeira, pelo patriarcado privado, em que a mulher é excluída da esfera pública e o homem – pai ou marido – está na posição de opressor e beneficiário da subordinação feminina. Outra forma do patriarcado é sua forma pública. Neste as mulheres têm acesso a esfera pública, mas sofrem de subordinação coletiva, realizada no público e manifestada por diferentes formas institucionais. Essa derivação é, assim, uma adaptação da separação dos espaços entre os sexos em que as ocupações da esfera pública – da vida econômica e política – seriam reservadas aos homens, enquanto as mulheres seriam responsáveis pelas ocupações da esfera privada da domesticidade e da reprodução (OKIN, 2008 [1991], p. 309).

Outro elemento trata da separação do esperado padrão “feminino” e “masculino”, ou seja, sobre os papéis que homens e mulheres devem representar socialmente e que inibem as mulheres desenvolverem “ambição política” (MIGUEL e BIROLI, 2010). A ambição política é um grande entrave à participação das mulheres porque, além de ser uma barreira, é uma etapa importante que mulheres e homens devem ultrapassar para iniciarem e darem continuidade a carreira política. O terceiro elemento diz respeito à desigualdade de recursos importantes para a carreira política, como os recursos materiais, tempo e uma rede de contatos (MIGUEL e BIROLI, 2010). O acesso a esses três recursos estão conectados e faz com que o investimento na carreira política seja mais duro para as mulheres do que para homens (MIGUEL e BIROLI, 2010).

As mulheres sofrem de desigualdade de acesso ao poder pela interação dos elementos citados acima. A compreensão da sub-representação de mulheres na política deve levar em conta também aspectos internos do país como o sistema eleitoral e partidário, para que a partir deles possa se traçar estratégias que as ajudem a ultrapassar as barreiras da participação política

Mulheres e Carreira Política no Brasil

Muitos aspectos devem ser levados em conta ao se estudar as causas da sub-representação feminina e as dificuldades de sucesso da política de cotas no Brasil, o argumento sobre o preconceito e machismo na política não a explica por si só (ARAÚJO e EUSTÁQUIO, 2007). Seu estudo deve compreender também fatores do sistema eleitoral, partidário, além de uma perspectiva multicausal de variáveis sociodemográficas e econômicas (ARAÚJO e EUSTÁQUIO, 2007). A análise de Araújo e Eustáquio (2007) mostra uma característica que a literatura já argumentava, de que as trajetórias e os tempos de inserção na política de homens e mulheres não são percorridos da mesma forma. Nessa pesquisa, essa constatação foi feita por meio das variáveis como “casamento”, “educação” e “tempo para construir uma carreira política” entre deputadas e deputados federais eleitos em 2002. Em geral, as mulheres com carreira política têm um nível de escolarização mais alto que os homens, levam mais tempo para construir suas carreiras políticas e os resultados mostram uma diferença negativa entre o número de mulheres e homens casados, evidenciando uma tensão entre carreira política das mulheres e a família.

Uma das constatações interessantes desse estudo é a ampla análise de fatores na tentativa de compreender a sub-representação de mulheres e apresentação de alguns pontos contraditórios com a literatura. Uma dessas contradições é o fato de no Brasil não haver uma relação direta entre o sistema político proporcional e maior facilidade para as mulheres na eleição, como é geralmente associado pela literatura. Segundo os autores, essa característica deve ser entendida a partir de outras variáveis que podem interagir com o sistema político, como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), a dimensão dos municípios, além de variáveis econômicas e sociais (ARAÚJO e EUSTÁQUIO, 2007).

O estudo de Araújo e Eustáquio (2007) aponta que no Brasil é mais fácil para as mulheres se elegerem em distritos menores e com IDH mais baixo. Esse fato contradiz a ideia de que em distritos com IDH mais alto as mulheres teriam mais chances na carreira política por conta de um maior esclarecimento do eleitorado e condições sociais e materiais que diminuiriam as dificuldades de candidatura. Um fator explicativo dos autores é o de que em distritos maiores, além de haver um mercado político grande, com mais candidatos e mais disputas por recursos financeiros, há uma sub-representação de cadeiras, enquanto os distritos menores possuem uma sobre-representação. (ARAÚJO e EUSTÁQUIO, 2007).

Este não é o único estudo que aponta esses resultados. No estudo de Marques, Machado e Recch (2009), os resultados indicam que as chances para a eleição de mulheres

são mais altas em municípios menores e com IDH mais baixo. Os autores confrontam então a ideia de liberalização e desenvolvimento como condição essencial para ascensão de mais mulheres na política e levantam a hipótese de transferência de capital político de políticos tradicionais para mulheres candidatas do mesmo “clã” em municípios pequenos e marcados pelo clientelismo (MARQUES, MACHADO e RECCH, 2009).

Estudos de análises sistêmicas e estruturais que tentam compreender os mecanismos mais propícios para a inclusão de mulheres na política são ferramentas importantes, pois podem proporcionar também respostas sobre os entraves que as mulheres encontram na construção de suas carreiras políticas. Segundo Matland (2005), as mulheres precisam ultrapassar três etapas da trajetória política para construção de suas carreiras: a intenção de se candidatar ser selecionada pelo partido político para a disputa e ser escolhida pelos eleitores nas eleições. No Brasil a literatura sobre carreira política das mulheres especificamente ainda é recente e mesmo em muitos trabalhos sobre carreira em geral a variável gênero não tem o costume de ser apresentada.

A primeira etapa apresentada por Matland (2005) é sobre a ambição política. Essa etapa se relaciona com questões subjetivas e motivações individuais que são construídas a partir da socialização diferenciada e dos constrangimentos próprios que as mulheres encontram (MIGUEL e BIROLI, 2010). Então, a diferença no número de candidaturas entre mulheres e homens pode ser explicada em parte pela perspectiva que ambos têm sobre a carreira. O campo político não é igual para ambos e as mulheres que têm interesse por política levam isso em conta ao avaliarem os riscos e custos na tentativa de ingressarem no campo (MIGUEL e BIROLI, 2010).

A ambição política estará presente não apenas no início da carreira, mas em toda a trajetória política de mulheres e homens. Ao longo de suas carreiras terão de decidir se tentarão cargos políticos mais altos (ambição progressiva), se tentarão reeleição (ambição política estática), cargos de menor prestígio (ambição regressiva) ou se optarão pela retirada do jogo político (LEONI, PEREIRA e RENNÓ, 2003). Os estudos de carreira têm se empenhado em estudar as estratégias e motivações para a ambição progressiva e estática, contudo em estudos de carreira de mulheres é importante estudar o grupo que opta pela saída do jogo político e se o fato de ser mulher pode aumentar as chances da desistência.

O recrutamento político é a etapa que está nas mãos dos partidos políticos que fornecerão insumos para as candidaturas (SANTOS, 2001). Um dado importante para estudo de recrutamento é identificar onde partidos recrutam seus candidatos. Identificar se o padrão de recrutamento é o mesmo para candidatas ajuda a compreender os desafios dessa etapa em

suas carreiras. A participação em associações coletivas parece ser uma importante fonte de capital social e de recrutamento para os partidos políticos (SANTOS e SERNA, 2007). Na pesquisa dos autores, Santos e Serna (2007) apontam uma tendência maior dos partidos de esquerda em recrutar candidatos que já fizeram parte de alguma associação, cerca de 70% para o ano pesquisado. Nos partidos de direita essa porcentagem foi de 40%. Esses dados apontam as associações como importantes fontes de recrutamento para os partidos, evidenciando também uma diferença do uso dessa fonte entre partidos de esquerda e direita.

A relação entre parlamentares mulheres e partidos políticos ainda não é clara. Os partidos de esquerda no Brasil foram os primeiros a adotarem internamente o sistema de cotas para candidatas e a adesão dos outros partidos se deu posteriormente pelo “efeito-contágio” da esquerda para a direita (ARAÚJO, 2001b). Em geral, espera-se que a participação das mulheres em partidos de esquerda seja maior por uma questão ideológica, já que partidos de esquerda tendem a ser mais e solidários à causa feminista. Para o caso das deputadas federais essa perspectiva é confirmada. Desde a redemocratização as deputadas eleitas se concentraram mais nos partidos de esquerda e centro (PINHEIRO, 2007).

Para eleições municipais essa tendência se inverteria e os pequenos partidos de direita passariam a concentrar mais mulheres nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (ARAÚJO, 2001b). As mulheres eleitas por partidos de direita nessas regiões estão em geral apoiadas em laços de parentesco enquanto a predominância de eleitas por partidos de esquerda no Sul se justificaria pelo recrutamento dos partidos naquela região em movimentos associativos (ARAÚJO, 2001b). Esse argumento é importante e deve ser melhor estudado, já que a política brasileira é frequentemente lembrada pela presença de famílias tradicionais dominando a política de determinado local. Por outro lado, um estudo comparando a presença de homens e mulheres nessas regiões não encontrou uma diferença relevante no espectro ideológico entre os dois (MIGUEL, QUEIROZ, 2006).

Alguns estudos apontam a existência de um padrão no perfil dos parlamentares eleitos como sua profissão, idade, região de origem, escolaridade etc. Os gastos com a campanha eleitoral são também dados importantes de se estudar nas trajetórias de mulheres e homens que aspiram a carreira política. Todavia, é necessário também, estudar a presença de filtros (PERISSINOTTO e MIRIADE, 2009) em seu processo de recrutamento político que pode ajudar a esclarecer a sub-representação de grupos sociais no parlamento. Perissinotto e Miriade (2009) apontam quatro diferentes filtros do recrutamento que estão relacionados a diferença de atributos entre os que desejam ingressar e avançar na carreira política. O primeiro filtro são os obstáculos sociais relacionados à diferença de atributos entre a

população em geral e os que se filiam à partidos políticos. O outro seria a diferença de atributos dos filiados e dos que aspiram se candidatar. O terceiro seria entre esses aspirantes e quem efetivamente se torna candidato. O quarto, e último filtro, é a diferença de atributos entre os que se candidatam e os que são eleitos. Para uma análise mais rica desses filtros é necessário também relacioná-los com outros fatores como o nível de profissionalização na política, que pode ser mais determinante que os gastos na campanha (PERISSINOTTO e MIRIADE, 2009).

Infelizmente, como esses estudos de carreira política não costumam introduzir a variável gênero para comparar o perfil ou trajetória dos parlamentares, não é possível constatar se há ou não diferença no perfil dos eleitos em relação ao gênero. A própria condição de sub-representação das mulheres é um fator que atrapalha nessa comparação, pois nos estudos o baixo número de mulheres é comparado com um universo majoritário de homens e assim, não é possível afirmar se os perfis de mulheres e homens obedecem o mesmo padrão. Este mesmo problema se verificará no presente trabalho.

A luta das mulheres na política não se restringe à superação de sua sub-representação, mas também à desconstrução das desigualdades no interior do campo político. Para a superação dessa condição de subalternidade, Pinheiro (2007) aponta um duplo desafio, que seria a ocupação do espaço formal de representação e o questionamento pelas próprias parlamentares sobre a condição das mulheres na política. No entanto, é necessário reconhecer o papel das organizações políticas não-formais e não-vinculadas diretamente ao Estado, como os movimentos sociais feministas, que trabalham contra as opressões encontradas pelas mulheres em diversos espaços da sociedade. Além desses atores importantes, há também de se investir nos mecanismos anteriores e posteriores às eleições porque, como foi visto, a etapa da eleição não é a primeira nem a última de uma carreira política. Deste modo, entender como os demais mecanismos contribuem para as carreiras e traçar ações que favoreçam as mulheres é também essencial para se alcançar igualdade no campo político formal.

Ação para maior presença de mulheres na política – O caso das cotas brasileiras

No Brasil a luta política de mulheres aparece já na primeira metade do século XIX com as primeiras manifestações através da imprensa feminina (COSTA, 2005). A luta sufragista se intensifica a partir de 1920, mas essa era ainda a primeira onda do movimento feminista brasileiro caracterizado como conservador por não questionar diretamente os papéis

de gênero (COSTA, 2005, p.13). O direito ao voto e de se candidatarem foi conquistado pelas mulheres na Constituição de 1932, mas por conta das interrupções nos períodos de ditadura as mulheres só foram ter uma presença mais significativa na política formal em 1986, quando o número de deputadas eleitas foi de 26, enquanto o número nos anos anteriores não ultrapassou 8 (PINHEIRO, 2007, p.68). Nas eleições seguintes houve um aumento significativo em relação ao 5% anterior de 1986, mas até hoje o percentual de mulheres na Câmara dos Deputados não chegou a 10%. Nas eleições de 2006 e 2010 o número de deputadas federais eleitas foi de 45 de um total de 513 vagas, ou seja, 8,9% das cadeiras.

A política de cotas no Brasil e em outros países foi bastante influenciada pelos organismos internacionais. Vários deles apontavam a importância da formulação de políticas públicas com intuito de diminuir a distância na política de homens e mulheres. Houve influência da Primeira Conferência Ministerial Europeia sobre a igualdade de homens e mulheres (1986), argumentando a importância da inclusão de cotas, as ações da ONU com a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Desigualdade Contra as Mulheres em 1979 e, posteriormente, as recomendações e plataformas apresentadas nas Conferências Mundiais em Nairobi (1985) e em Beijing (1995) (RANGEL, 2010, p. 52).

Em 1995 o Congresso Nacional aprovou a lei apresentada pela deputada Marta Suplicy (PT) que reservava o mínimo de 20% das candidaturas dos partidos para cada sexo. Em 1997, esse percentual foi ampliado para 25% para as eleições de 1998 e em 2000 subiu para 30%, que é o mínimo atual (RANGEL, 2010). No entanto, o resultado das eleições de 1998 foi uma diminuição no número de deputadas eleitas, o que mostrou a fragilidade da lei de cotas (PINHEIRO, 2007). A diminuição do número de candidatas eleitas nessas eleições pode ter se dado em decorrência da ampliação do mercado eleitoral daquela eleição, que teve um aumento de 150% de candidaturas sem o cumprimento da reserva de 25% para a candidatura de mulheres, diminuindo suas chances na competição eleitoral (ARAÚJO, 2001a).

O texto da Lei Eleitoral nº 9.504/97 foi alterado em 2009, tornando obrigatória a proporcionalidade das cotas (TSE, 2011). Essa modificação foi uma reação ao descumprimento realizado até então pelos partidos políticos que se baseavam em um entendimento facultativo das cotas para o preenchimento das sobras de vagas de candidaturas por homens. Essa medida foi adotada para se tentar garantir a proporcionalidade no número de candidatas e candidatos. Desde 2009 os partidos são também legalmente obrigados a reservar 10% do tempo de propaganda às candidatas mulheres e 5% do fundo partidário à participação feminina na política e, se descumprirem esse valor, deverão acrescentar 2,5% a

mais no fundo da eleição seguinte.

A análise das eleições de 1996, 1998 e 2000 apresenta a debilidade das cotas. Embora o universo de candidatos em geral tenha aumentado e juntamente tenha crescido o número de candidatas, a proporção entre homens e mulheres se manteve fortemente desigual, ainda mais se comparado ao número de homens e mulheres que conseguem se eleger. O aumento do número de candidatas é importante, todavia, o mais importante é se atentar para as condições que marcam o processo político (ARAÚJO, 2001a).

Nas eleições de 2010 a reserva de candidaturas novamente não foi respeitada pelos partidos políticos. Para deputada federal e estadual o percentual se aproxima de 20% de candidaturas. O único estado que chegou a 30% de candidatas a deputadas federais foi Mato Grosso do Sul. Esses dados apontam que a legislação de cotas continua frágil, mesmo depois da modificação do texto da lei em 2009 que reafirma o caráter obrigatório da cota.

Representação e Gênero na Câmara Legislativa do Distrito Federal

Metodologia

Este artigo tem como objetivo apresentar os perfis das deputadas e deputados distritais da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) eleitos em 2002 e 2006. A intenção é analisar os padrões de carreira política das deputadas e deputados da CLDF, principalmente porque os estudos de gênero e política têm se concentrado no nível mais amplo de representação e da análise das cotas eleitorais. Também é importante estudar as semelhanças e diferenças nas trajetórias políticas de mulheres e homens para que os mecanismos de desigualdades sejam revelados. A justificativa de escolha da CLDF se dá em tentar compreender se a lógica das trajetórias políticas é igual tanto para homens quanto para mulheres no início da construção de suas carreiras na política formal.

Para traçar os perfis políticos das deputadas e deputados alguns pontos foram destacados em suas trajetórias como os possíveis tipos de capital político que possuem, a ambição política dos/a deputados/as, os locais de recrutamento pelos partidos políticos e características dos/as deputados/as que podem agir como filtros para o ingresso ou ascensão no campo político.

Uma das limitações metodológicas deste trabalho consiste na análise percentual de valores totais muito pequenos, principalmente quando as comparações são feitas com os

valores atribuídos às deputadas que tendem a ser menores ainda. No entanto, a escolha por essa apresentação de resultados se dá por poder comparar as informações do Distrito Federal com as informações das outras unidades do país, da Câmara dos Deputados, além de poder comparar com pesquisas anteriores que costumam apresentar seus dados no mesmo formato.

A análise dos elementos citados acima será feita a partir do conceito de capital político e campo político de Bourdieu (2007 [1989]):

Tipos de Capital Político

O campo político é um campo de forças e de luta política que visa transformar a própria relação de força (Bourdieu, 2007 [1989]). A partir disso, a sub-representação feminina e a posição que as mulheres ocupam dentro do campo político devem ser analisadas através dessa lógica.

A análise do campo político e as trajetórias das mulheres deve levar em conta os tipos de capital político que tanto mulheres como homens costumam se apoiar e com isso auxiliar o estudo de carreira para se compreender como os mecanismos de sub-representação agem. Bourdieu (2007 [1989] p. 164) chamou de *capital político* a força que cada um possui dentro do campo político, a autoridade e o reconhecimento dentro do campo político. No entanto, a fonte deste capital não se restringe aos partidos políticos, mas pode ser obtida de outras formas.

Bourdieu (2007 [1989]) aponta o *capital pessoal* e o *capital delegado* (derivado e controlado de uma instituição, anterior à pessoa) como os dois principais tipos de capital político. O capital pessoal é aquele que se restringe à pessoa, é um capital de notoriedade da pessoa que é acumulado de forma lenta e contínua através da reputação pessoal e também por meio de outros domínios. Por outro lado, o capital delegado é aquele derivado de uma instituição que é anterior ao indivíduo. O capital delegado é adquirido através da investidura em uma pessoa. O partido político é a fonte mais comum de capital delegado, mas há indivíduos que se apóiam em outras instituições para adquirir esse capital como, por exemplo, um professor ou um pastor religioso que utiliza da investidura de sua instituição para acumular capital político.

Para a análise dos perfis e trajetórias dos/as deputados/as se utilizou das categorias de capital político de Bourdieu (2007 [1989]) a partir da investigação da carreira política dos/as deputadas. As principais categorias investigadas foram:

Dados pessoais gerais: apresentar algumas características pessoais que compõem os

perfis das deputadas e deputados e compará-las com a literatura, que aponta a existência de filtros sociais para inclusão no campo político.

Capital econômico: Se o/a deputado/a são donos/as ou diretores/as de alguma empresa.

Capital Associativo: para análise de capital associativo e pistas dos locais de recrutamento político dos partidos.

Capital midiático: se os/as deputados/os têm popularidade derivada de algum tipo de mídia (TV, rádio, etc.) ou se são donos de alguma empresa de mídia.

Capital familiar: Se os/as deputadas/os possuem membros da família na política formal, entendendo que o parentesco com políticos/as é relevante pela sua influência no ambiente de socialização política, desde o ingresso até o progresso da carreira política.

Capital delegado do próprio campo político: analisado a partir dos mandatos eletivos que exerceu e cargos de confiança.

A maioria dos dados que serão expostos em tabelas contarão com o número absoluto e o percentual. Embora em muitas tabelas o universo seja muito pequeno, a apresentação dos percentuais busca permitir uma comparação entre o conjunto de mulheres e homens.

A exposição acima tem fins explicativos e a análise dos dados pretende ser fluida de forma que é possível que cada uma das categorias acima contribua para explicar as outras.

Gênero e Carreira Política na Câmara Legislativa do Distrito Federal - Resultados

A primeira legislatura da CLDF teve início em 1991. Desde então, 91 deputados e deputadas, incluindo a sexta legislatura eleita em 2010, já passaram pela CLDF pelo menos uma vez. A TABELA 1 apresenta o número e percentual de deputadas e deputados em cada uma das legislaturas da CLDF.

TABELA 1 - Número de deputadas e deputados que foram eleitas por legislatura pela CLDF:

Legislatura	Deputadas	%	Deputados	%
1 ^a (1991 -1994)	3	12,5	21	87,5
2 ^a (1995 -1998)	2	8,33	22	91,7
3 ^a (1999 - 2002)	4	16,7	20	83,3
4 ^a (2003 - 2006)	5	20,8	19	79,2

5ª (2007 - 2010)	3	12,5	21	87,5
6ª (2011 - 2014)	4	16,7	20	83,3

Fonte: Elaboração própria/TSE (www.tse.jus.br)

Como apresentado acima, a quantidade de mulheres presentes na CLDF é muito baixa, evidenciando uma forte sub-representação. No entanto, esses valores não se diferenciam do percentual das Assembleias Legislativas de alguns estados. Por outro lado, quando comparadas aos valores da Câmara dos Deputados, todas as legislaturas da CLDF, com exceção da segunda, tiveram o percentual de mulheres maior. Essa diferença não é constatada apenas na CLDF, mas em muitas Assembleias Legislativas de outros estados. O número de deputadas para a Câmara dos Deputados nas eleições de 2010 se manteve em 45 de um total de 513, o mesmo das eleições de 2006. A média nacional de deputadas eleitas para as Assembleias Legislativas é de 12,8%, um pouco maior que a presença de deputadas federais, que não alcançou ainda 10% ao longo das legislaturas.

TABELA 2 – Distribuição dos/as deputados/as por partidos políticos desde a primeira legislatura no Distrito Federal³.

PARTIDO	1990		1994		1998		2002		2006		2010		(T) de M	(T) de H	(T) M e H
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	H e M
PSL	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	1	2
PMDB	1	4	0	9	1	4	1	4	0	3	0	2	3	26	29
PRP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1
PFL/DEM	0	0	0	0	0	2	0	2	0	4	1	1	1	9	10
PTB	0	1	0	2	0	2	0	1	0	2	0	1	0	9	9
PMN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	2
PSB	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	1	0	4	4
PRONA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	-	-	0	1	1
PT do B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1
PSDB	1	2	0	2	1	1	1	0	1	1	0	1	4	7	11
PSC	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	2	2
PL	0	1	0	1	0	2	1	1	0	1	-	-	1	6	7
PC do B	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	2
PT	1	4	2	4	2	3	2	3	1	3	1	4	9	21	30
PPS	0	1	0	0	0	1	0	1	0	1	0	2	0	6	6
PDT	0	1	0	3	0	1	0	0	0	1	0	1	0	7	7

³ Para melhor aproveitar o espaço desta e de outras tabelas, “M” se refere às mulheres, “H” aos homens e “(T)” ao “total”.

PP/PPB/PPR	0	4	0	1	0	1	0	2	0	1	0	1	0	10	10
PTC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1
PRB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1
PRTB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1
PTR*	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
PSD**	0	1	0	0	0	1	0	3	0	0	0	0	0	5	5
PR***	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	0	1	1
TOTAL	3	21	2	22	4	20	5	19	3	21	4	20	21	123	144

Fonte: elaboração própria/TSE (www.tse.jus.br)

*PTR (Partido Trabalhista Reformador), partido político extinto.

**PSD (Partido Social Democrático), incorporado ao PTB em 2003. Em 2011 foi criado um partido homônimo, porém os deputados/as que migraram para esse novo partido não foram apresentados/as nessa tabela.

***PR (Partido da República), criado em 2006 pela fusão do PL e do PRONA.

Como pode ser observado nos dados da tabela, o Partido dos Trabalhadores é o partido que mais teve representantes mulheres na CLDF. O número de representantes mulheres do PT ultrapassa o dobro do segundo lugar em presença feminina, o PSDB, com quatro deputadas. No total, o PT é também o partido que mais elegeu representantes para CLDF, com 30 deputados/as. O PMDB é o segundo partido que mais elegeu representantes ao longo das legislaturas, com 29 deputados/as. Porém, desses/as 29 deputados/as apenas três eram mulheres. A tabela seguinte (TABELA 3) apresenta o número e percentual de deputados/as segundo o tamanho dos partidos políticos desde a primeira legislatura.

TABELA 3 - Deputados/as segundo o tamanho dos partidos políticos desde a primeira legislatura.

Tamanho do Partido	M	%	H	%	(T)	%
Partidos Grandes*	17	81	73	59,3	90	62,5
Outros partidos	4	19	50	40,7	54	37,5
Total (T)	21	100	123	100	144	100

Fonte: elaboração própria/TSE (www.tse.jus.br)

* Os cinco partidos com mais representantes na Câmara dos Deputados e na CLDF: PT, PMDB, PSDB, DEM e PP.

TABELA 4 – Partido dos/as deputados/as, por ideologia, desde a primeira legislatura:

Ideologia	Deputadas	%	Deputados	%	Total	%
Esquerda	10	50	41	33,1	51	35,4

Centro	7	35	33	26,6	40	27,8
Direita	4	20	49	39,5	53	36,8
Total	21	105	123	99	144	100

Fonte: elaboração própria/TSE (www.tse.jus.br)

Como pode ser observado na TABELA 4, metade das deputadas é de partido de esquerda, em seguida estão concentradas no centro e, por último, nos partidos de direita. Para os deputados os percentuais estão mais equilibrados nos três espectros ideológicos. A TABELA 4 mostra que as deputadas estão mais concentradas nos partidos grandes, diferentemente dos deputados, que têm presença mais dispersa do que as mulheres em relação ao tamanho do partido.

O número de candidatas e candidatos por partido pode auxiliar na interpretação dos dados sobre espectro ideológico e tamanho do partido⁴.

O Partido dos Trabalhadores foi o partido que mais elegeu mulheres na CLDF. Só ele é responsável por nove cadeiras ocupadas por mulheres na CLDF do total de vinte e duas cadeiras ocupadas por deputadas desde a primeira legislatura. A justificativa para o PT se destacar na representação de mulheres na CLDF não se relaciona ao número de candidatas nas eleições em relação ao número de candidatas de outros partidos. A lógica de mais candidatas resultar em mais mulheres eleitas não é automática e o caso do PT no Distrito Federal é um exemplo disso. O partido ficou aquém de um mínimo de 30% de candidaturas de mulheres em todas as eleições analisadas e não obteve um crescimento no percentual de deputadas ao longo das eleições.

O PT é, então, o principal responsável por 50% das deputadas da CLDF pertencerem à esquerda e ter presença concentrada em partidos grandes. O PSDB e o PMDB são responsáveis por sete cadeiras de deputadas na CLDF, o que equivale a 31,8% do total de deputadas. Esses três partidos são os que mais elegeram deputadas e contribuiram para concentrá-las no espectro ideológico de centro e esquerda e em partidos grandes. É importante se observar também que esses percentuais são referentes a números absolutos pequenos que estão expostos nas tabelas.

A configuração da presença dos deputados não se dá da mesma forma. Os deputados da CLDF têm presença diferenciada das deputadas por não estarem concentrados em partidos de esquerda ou centro e em partidos grandes, mas manterem presença mais dispersa que as colegas em partidos pequenos e de direita. Em outras palavras, significa que os partidos

⁴ O número de candidatas e candidatos lançados pelos partidos políticos desde as eleições de 1994 para deputados/as distritais estão disponíveis na parte “Anexos” deste trabalho.

menores e os partidos de direita estão elegendo menos mulheres para a CLDF. Essa constatação contradiz, pelo menos no DF, a lógica de que um sistema pluripartidário que permite a existência de partidos muito pequenos tende a ser menos fechado e facilita a entrada de novos atores (ARAÚJO, 2005). Pode ser que o sistema seja mais aberto a novos atores, porém esses novos atores que conseguem ingressar no campo político através de partidos pequenos são, em geral, homens.

A **TABELA 5** - Apresenta um resumo das estatísticas de candidatas e candidatos desde as eleições de 1994⁵ para a CLDF.

Eleição	Candidatas	%	Candidatos	%
1994	20	9,2	197	90,8
1998	118	19	502	81
2002	129	20,5	500	79,5
2006	134	20,7	512	79,3
2010	205	25,3	605	74,7

Fonte: elaboração própria/TSE (www.tse.jus.br)

O número total de candidatos/as em geral cresceu ao longo das eleições, principalmente de 1994 para a eleição seguinte em 1998. É provável que um dos motivos para esse crescimento no Distrito Federal tenha sido o fato de que a eleição de 1994 foi a segunda do DF, ou seja, a CLDF ainda tinha pouco tempo de institucionalização. Constata-se também que houve, paralelamente ao crescimento de candidatos em geral, um pequeno aumento no número de candidatas em relação aos homens ao longo das eleições, porém esse crescimento não significou um aumento no número de deputadas eleitas.

A TABELA 5 acima chama a atenção também para o descumprimento dos partidos políticos da lei eleitoral, que estabelece uma proporção mínima de 30% para cada um dos sexos.

Trajetória Política das Deputadas e Deputados Eleitos em 2002 e 2006

Os próximos dados fazem parte da análise da trajetória política das deputadas e deputados eleitos/as em 2002 e 2006 com dados da pesquisa “Carreira e Gênero no Brasil”.

Dados pessoais gerais dos/as deputados/as

⁵ Os dados disponíveis no TSE são a partir de 1994 para o Distrito Federal.

Esta parte apresenta algumas tabelas com alguns dados dos perfis de deputadas e deputados. A análise de algumas características é importante para se observar se existe um padrão e, a partir disso, levantar hipóteses sobre a existência de filtros que podem agir de formas diferentes na construção das carreiras de deputadas e deputados.

TABELA 6 – Escolaridade

Escolaridade	2002						2006					
	M	%	H	%	Total	%	M	%	H	%	Total	%
Lê e escreve	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Primário incompleto	0	0	1	5,3	1	4,2	0	0	0	0	0	0
Primário completo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Secundário incompleto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Secundário completo	0	0	1	5,3	1	4,2	0	0	4	19	4	16,7
Superior incompleto	0	0	4	21,1	4	16,7	0	0	4	19	4	16,7
Superior completo	5	100	13	68,4	18	75	3	100	13	61,9	16	66,7
Total	5	100	19	100	24	100	3	100	21	100	24	100

Fonte: Elaboração própria/Pesquisa Carreira e Gênero no Brasil

TABELA 7 – Profissão⁶ das deputadas e deputados:

Profissão	2002						2006					
	M	%	H	%	Total	%	M	%	H	%	Total	%
Empresário/a	1	20	6	27,3	7	25,9	2	66,7	5	21,7	7	26,9
Bancário/a	1	20	2	9,1	3	11,1	1	33,3	0	0	1	3,8
Servidor/a Público	1	20	3	13,6	3	11,1	0	0	2	8,7	2	7,7
Professor/a	1	20	1	4,5	2	7,4	0	0	2	8,7	2	7,7
Advogado/a	0	0	1	4,5	1	3,7	0	0	2	8,7	2	7,7
Agropecuarista	0	0	1	4,5	1	3,7	0	0	1	4,3	1	3,8
Arquiteto/a	0	0	1	4,5	1	3,7	0	0	1	4,3	1	3,8
Economista	0	0	1	4,5	1	3,7	0	0	0	0	0	0
Engenheiro/a Florestal	0	0	1	4,5	1	3,7	0	0	0	0	0	0
Médico/a	1	20	0	0	1	3,7	0	0	1	4,3	1	3,8
Policia Militar	0	0	1	4,5	1	3,7	0	0	1	4,3	1	3,8
Professor/a Universitário	0	0	1	4,5	1	3,7	0	0	0	0	0	0
Promotor/a	0	0	1	4,5	1	3,7	0	0	1	4,3	1	3,8
Radialista	0	0	1	4,5	1	3,7	0	0	0	0	0	0
Vigilante	0	0	1	4,5	1	3,7	0	0	0	0	0	0
Delegado/a	0	0	0	0	0	0	0	0	2	8,7	2	7,7
Bombeiro/a	0	0	0	0	0	0	0	0	1	4,3	1	3,8
Contador/a	0	0	0	0	1	3,7	0	0	1	4,3	1	3,8

⁶ Essa profissão corresponde a profissão real exercida pelo/a deputado/a e não a profissão declarada por eles/elas ao se candidatarem.

Jornalista	0	0	0	0	0	0	0	0	1	4,3	1	3,8
Pastor/a	0	0	0	0	0	0	0	0	1	4,3	1	3,8
Radialista	0	0	0	0	0	0	0	0	1	4,3	1	3,8
Total	5	100	22	100	27	100	3	100	23	100	26	100

Fonte: Elaboração própria/Pesquisa Carreira e Gênero no Brasil

A escolaridade é um importante filtro para carreira política. Perissinotto e Miríade (2009) apontaram uma diferença grande entre a escolaridade dos/as candidatos/as e escolaridade dos/as que conseguiram ser eleitos/as em 2006 para a Câmara dos Deputados, mesmo que a escolaridade dos/as candidatos/as também fosse alta. Para o Distrito Federal o percentual de eleitos/as com nível superior de escolaridade é também alto: 75% em 2002 e 66,7% em 2006. Os dados da escolaridade das deputadas e dos deputados se diferenciam, pois enquanto todas as eleitas em ambas as eleições têm o nível superior, o percentual de homens com a mesma escolaridade é de 68,4% em 2002 e 61,9% em 2006. O nível de escolaridade entre os deputados não está concentrado como o das mulheres e é possível encontrar deputados com superior incompleto, secundário completo e um deputado com primário incompleto.

A escolaridade é um forte filtro que torna o campo mais fechado e, no caso das mulheres, ele pode ser mais fechado por “exigir” das candidatas um nível maior de escolaridade. A escolaridade “filtra” o acesso ao campo político como um elemento de distinção entre parlamentares e o restante da população e, se as mulheres necessitam ainda mais dessa característica, quer dizer que delas a exigência pode ser ainda maior na construção de suas carreiras.

De acordo com a TABELA 7, a profissão com maior frequência é a de “empresário/a”, tanto para deputadas quanto para deputados. Essa é uma das profissões mais presentes no campo político e geralmente está atrás da profissão de “advogado/a”, que é uma profissão bastante encontrada nos parlamentos ocidentais (PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009). Não há a profissão de “advogada” entre as deputadas dessas duas eleições e a presença de “advogados” entre os deputados não é alto. O percentual das profissões dos/as deputados/as da CLDF apresenta uma pequena concentração na profissão de “empresário/a” enquanto o restante das profissões não possui um percentual concentrado. Esse fato pode apontar a importância do capital econômico como um filtro para o ingresso na política.

Como foi argumentado no capítulo anterior, é importante que se estudem os mecanismos que envolvem as etapas necessárias da construção de uma carreira política. Desvendar quais são os locais de recrutamento político dos partidos e os tipos de capital político que as deputadas e deputados acumulam é importante para se compreender as

diferenças na construção das carreiras políticas de mulheres e homens.

Fontes de Capital Político

As próximas tabelas mostram a distribuição dos/as parlamentares da CLDF eleitos/as em 2002 e 2006 segundo os tipos de capital que apresentam.

Capital Econômico

As duas tabelas abaixo apresentam dados sobre as deputadas e deputados donos/as e diretores/as de empresas.

TABELA 8 – Dono/a de empresa

Dono/a de empresa	2002						2006					
	M	%	H	%	Total	%	M	%	H	%	Total	%
Sim	1	20	10	52,6	11	45,8	2	66,7	7	33,3	9	37,5
Não	4	80	9	47,4	13	54,2	1	33,3	16	76,2	17	70,8
Total	5	100	19	100	24	100	3	100	21	100	24	100

Fonte: Elaboração própria/Pesquisa Carreira e Gênero no Brasil

TABELA 9 - Diretor/a de empresa

Diretor/a de empresa	2002						2006					
	M	%	H	%	Total	%	M	%	H	%	Total	%
Sim	1	20	6	31,6	7	29,2	1	33,3	3	14,3	4	16,7
Não	4	80	12	63,2	16	66,7	2	66,7	18	85,7	20	83,3
Sem Informação	0	0	1	5,3	1	4,2	0	0	0	0	0	0
Total	5	100	19	100	24	100	3	100	21	100	24	100

Fonte: Elaboração própria/Pesquisa: Carreira e Gênero no Brasil

TABELA 10 – Deputadas e deputados que são donos/as ou diretores/as de uma empresa, por partido político.

Capital Econômico	2002						2006					
	Partido	M	%	H	%	Total	%	M	%	H	%	Total
DEM	0	0	2	20	2	18,2	1	50	3	42,9	4	44,44
PMDB	0	0	3	30	3	27,3	0	0	1	14,3	1	11,11
PSDB	0	0	0	0	0	0,0	1	50	0	0,0	1	11,11
PP	0	0	2	20	2	18,2	0	0	1	14,3	1	11,11
PL/PR	1	100	1	10	2	18,2	0	0	0	0,0	0	0
PTB	0	0	0	0	0	0	0	0	1	14,3	1	11,11
PSD	0	0	1	10	1	9,1	0	0	0	0,0	0	0
PRONA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	14,3	1	11,11
PSB	0	0	1	10	1	9,1	0	0	0	0,0	0	0
Total	1	100	10	100	11	100	2	100	7	100,0	9	100

Fonte: Elaboração própria/Pesquisa Carreira e Gênero no Brasil

O capital econômico é um fator importante para o ingresso e estabelecimento dentro do campo político, principalmente pela facilidade no acesso a recursos materiais, e os dados da CLDF apontam que esse tipo de capital é importante também para os/as candidatas do Distrito Federal. Dos eleitos 2002, 45,8% dos/as parlamentares eram donos de empresas e em 2006 esse percentual era de 37,5%. Tanto para mulheres quanto para homens esse tipo de capital tem destaque. A presença do capital econômico é evidenciada também na Câmara dos Deputados em que dentre os/as eleitos/as em 2006 o percentual de mulheres donas de empresas era de 24,4% e de homens era de 56,6% (MARQUES, 2010).

Essa diferença de configuração da CLDF para a Câmara dos Deputados não torna os estudos contraditórios, mas pode apontar o empresariado como um filtro importante para se avançar etapas da carreira política.

É interessante se observar também a distribuição desses dados por partido político na TABELA 10. De acordo com os dados, o empresariado está concentrado nos partidos de direita e centro. Há na tabela apenas um partido de esquerda (PSB) com um representante dono de empresa. Esses dados podem ser comparados com a participação de deputados/as em movimentos sociais e sindicatos em geral. Essa diferença no espectro ideológico em relação ao capital econômico e ao capital associativo está de acordo com a literatura (SANTOS, 2007), que aponta o recrutamento político de partidos de direita em grupos de empresários e partidos de esquerda que recrutam em movimentos sociais, sindicatos e demais associações.

Capital Associativo:

TABELA 11 – Deputadas e deputados que já ocuparam posição de liderança em algum movimento social.

Movimento social	2002						2006					
	M	%	H	%	Total	%	M	%	H	%	Total	%
Sim	2	40	7	36,8	9	37,5	1	33,3	4	19,0	5	20,8
Não	3	60	12	63,2	15	62,5	2	66,7	17	81,0	19	79,2
Total	5	100	19	100	24	100,0	3	100	21	100	24	100

Fonte: Elaboração própria/Pesquisa Carreira e Gênero no Brasil

A **TABELA 12** – Apresenta as deputadas e deputados por partido político que ocuparam posição de liderança em algum movimento social:

Movimento social por partido	2002						2006					
	M	%	H	%	Total	%	M	%	H	%	Total	%
PT	2	100	2	28,6	4	44,4	1	100	2	50	3	60
PMDB	0	0	1	14,3	1	11,1	0	0	1	25	1	20
PFL/DEM	0	0	1	14,3	1	11,1	0	0	0	0	0	0
PTB	0	0	1	14,3	1	11,1	0	0	0	0	0	0
PSD	0	0	1	14,3	1	11,1	0	0	0	0	0	0
PPS/PCB	0	0	1	14,3	1	11,1	0	0	0	0	0	0
PRP	0	0	0	0	0	0,00	0	0	1	25	1	20
Total	2	100	7	100	9	100	1	100	4	100	5	100

Fonte: Elaboração própria/Pesquisa Carreira e Gênero no Brasil

TABELA 13 – Apresenta o número de deputados/as que já foram presidente/a ou diretor/a de sindicato, federação, confederação ou central de trabalhadores/as.

Sindicato	2002						2006					
	M	%	H	%	Total	%	M	%	H	%	Total	%
Sim	2	40	6	31,6	8	33,3	1	33,3	4	19	5	20,8
Não	3	60	13	68,4	16	66,7	2	66,7	17	81	19	79,2
Total	5	100	19	100	24	100	3	100	21	100	24	100

Fonte: Elaboração própria/Pesquisa Carreira e Gênero no Brasil

TABELA 14 - Os dados da tabela abaixo são referentes às deputadas e deputados político que

ocuparam cargo de presidente/a ou diretor/a em sindicato, federação, confederação ou central de trabalhadores, por partido.

Deputadas e deputados que ocuparam a posição de presidente/a ou diretor/a de sindicatos, por partido político												
	2002						2006					
Partido	M	%	H	%	Total	%	M	%	H	%	Total	%
PT	2	100	3	50	5	62,5	1	100	2	50	3	60
PFL/DEM	0	0	1	16,7	1	12,5	0	0	0	0	0	0
PL	0	0	1	16,7	1	12,5	0	0	0	0	0	0
PPS/PCB	0	0	1	16,7	1	12,5	0	0	0	0	0	0
PSB	0	0	0	0	0	0	0	0	1	25	1	20
PSL	0	0	0	0	0	0	0	0	1	25	1	20
Total	2	100	6	100	8	100	1	100	4	100	5	100

Fonte: Elaboração própria/Pesquisa Carreira e Gênero no Brasil

Os dados sobre a participação dos/as parlamentares em associações apresentam uma diferença de percentual entre homens e mulheres. Os percentuais para a presença de deputadas tanto em movimentos sociais como em associações de trabalhadores são maiores que os percentuais para deputados nas mesmas categorias. Como apresentado nas tabelas, essa distribuição não é uniforme nos partidos políticos. O PT se destaca por ser responsável por todas as mulheres (duas em 2002, uma em 2006) que já estiveram em cargos de liderança em movimentos sociais ou em sindicatos, federação, confederação ou central de trabalhadores. O peso da representação que o Partido dos Trabalhadores tem na CLDF somado a contribuição de partidos de esquerda menores faz com que esses dados estejam de acordo com a literatura, que aponta os movimentos sociais e organizações de trabalhadores como importantes fontes de recrutamento político e de capital político, principalmente para os partidos de esquerda.

Os dados no DF apontam que o peso da participação em entidades que são fonte de capital associativo para mulheres é maior do que para os homens e essas associações se apresentam como importantes portas de entrada para as mulheres na política formal.

TABELA 15 – Deputadas e deputados que têm vínculo com alguma religião organizada.

Vínculo Religião	2002						2006					
	M	%	H	%	Total	%	M	%	H	%	Total	%
Sim	2	40	6	31,6	8	33,3	0	0	3	14,3	3	12,5

Não	3	60	13	68,4	16	66,7	3	100	18	85,7	21	87,5
Total	5	100	19	100	24	100	3	100	21	100	24	100

Fonte: Elaboração própria/Pesquisa Carreira e Gênero no Brasil

Os dados sobre vínculo com religião organizada estão expostos porque sua associação com política pode servir como um filtro. De acordo com os dados da TABELA 15 é possível constatar que há um grupo religioso na CLDF. Sua presença não teve um percentual constante nas duas eleições, pois o percentual de 2002 é maior que o de 2006. Da mesma forma acontece com o percentual de deputadas e deputados. Embora não haja uma diferença muito grande em 2002, o percentual de deputadas com vínculos religiosos é maior e em 2006 os deputados é que têm vantagens percentuais com essa característica. A diferença do percentual entre deputadas e deputados é pequena. Deputados/as com vínculos religiosos são encontrados inclusive na Câmara dos Deputados. O vínculo religioso não é apenas uma característica individual, mas ganha importância de se observada enquanto filtro político porque há parlamentares que constroem suas carreiras a partir de seu vínculo com a religião. Além de se criar bases eleitorais em fiéis de determinada religião, esses deputados e deputadas tendem a orientar suas políticas aos seus valores ideológicos.

Capital Midiático

Dados que podem dar pistas sobre a conversão de capital midiático em capital político foram também levantados na pesquisa. Os dados apresentados na TABELA 16 expõem os/as deputados/as que possuem ou possuíram algum envolvimento com o trabalho midiático como apresentador/as ou cargo semelhante na TV, rádio ou outra mídia.

TABELA 16 – Capital Midiático

Mídia	2002						2006					
	M	%	H	%	Total	%	M	%	H	%	Total	%
Rádio	0	0	2	10,5	2	8,3	0	0	3	14,3	3	12,5
TV	0	0	0	0	0	0	0	0	1	4,8	1	4,2
Nenhuma Mídia	5	100	17	89,5	22	91,7	3	100	17	81,0	20	83,3
Outra Mídia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	5	100	19	100	24	100	3	100	21	100	24	100

Fonte: Elaboração própria/Pesquisa Carreira e Gênero no Brasil

Sobre a relação dos/as deputados/as com as mídias, somente homens tiveram envolvimento com este tipo de capital, como apontam os dados. Dos cinco deputados que tiveram alguma presença em rádios nas duas eleições, dois deles são ou foram em algum momento radialistas⁷. Nas eleições de 2006 é possível constatar que tiveram mais deputados com alguma relação com a mídia. Embora não seja um percentual muito representativo, demonstra que a mídia ainda é uma fonte importante de capital político e que há diferença nesse tipo de fonte para mulheres e homens no DF.

O capital midiático como fonte de capital político não vem apenas do domínio direto das mídias, mas está relacionado também à visibilidade que os meios de comunicação dão à política e seus/as representantes. A pesquisa mostrou também que durante os anos de autonomia política do Distrito Federal não houve nenhum *outsider* eleito que tivesse capital proveniente da mídia e relacionada ao entretenimento, como acontece em algumas unidades da federação que elegeram, por exemplo, cantores/as, jogadores/as de futebol, humoristas, etc.

Capital Familiar

Apenas dois deputados e uma deputada herdaram este tipo de capital no DF nas eleições da pesquisa. A deputada Jaqueline Roriz (PMN) e o deputado Paulo Roriz (DEM) herdaram parte de seu capital político do ex-governador Joaquim Roriz, pai de Jaqueline Roriz e tio de Paulo Roriz (DEM). O outro deputado que tem parentesco com políticos é Raimundo Ribeiro (PSBD), cujo avô foi prefeito e um influente político no município de Piracuruca (PI). No entanto, a transferência desse capital familiar se dá de forma diferente dos outros dois deputados, pois o avô do deputado Raimundo Ribeiro (PSDB) não possui destaque político no Distrito Federal a ponto de lhe conseguir votos ou prestígio. A influência de um parente político, neste caso, pode ser o de uma socialização diferenciada em um ambiente que favorecesse o interesse pela carreira política, além de poder facilitar sua entrada no ambiente político.

Os dados recolhidos sobre capital familiar das deputadas e deputados eleitos em 2002 e 2006 no Distrito Federal não apontam o DF como um local onde o capital familiar tem predominado em um número considerável de deputados/as distritais, porém é inegável a transferência deste tipo de capital pelo ex-governador Joaquim Roriz (PSC), já que seu nome

⁷ São cinco deputados diferentes, ou seja, nenhum dos apontados em 2002 está no ano de 2006.

é forte na política local e é fonte de capital político não só para seus parentes, mas para um número considerável de políticos no DF, via apadrinhamento.

Capital Político de Ocupação de Cargos do Próprio Campo

As tabelas abaixo tentam nos dar evidências sobre o acúmulo de capital político das deputadas e deputados do Distrito Federal a partir dos cargos que já assumiram ou se candidataram. O estudo da ambição política não se limita a categorizá-las como ambição regressiva, progressiva e estática, mas estudá-las dessa forma pode nos dar pistas importantes de como as eleitas e eleitos traçam suas trajetórias políticas. É importante ressaltar que o cargo de deputado/a distrital é o cargo eletivo de início de carreira no Distrito Federal, então se espera que o/a deputado/o não tenha uma trajetória longa como um/a senador/a ou governador/a.

TABELA 17 – Vezes em que foi eleito/a deputado/a distrital.

Numero de Vezes	2002						2006					
	M	%	H	%	Total	%	M	%	H	%	Total	%
4	0	0	0	0	0	0	0	0	1	4,8	1	4,2
3	0	0	2	10,5	2	8,3	0	0	0	0,0	0	0,0
2	0	0	3	15,8	3	12,5	0	0	1	4,8	1	4,2
1	2	40	4	21,1	6	25,0	2	66,7	9	42,9	11	45,8
0	3	60	10	52,6	13	54,2	1	33,3	10	47,6	11	45,8
Total	5	100	19	100	24	100	3	100	21	100	24	100

Fonte: Elaboração própria/Pesquisa Carreira e Gênero no Brasil

A distribuição de dados da TABELA 17 é referente à quantidade de vezes que participou das legislaturas, ou seja, a quantidade de vezes que foi deputado/a distrital. Do total há apenas um deputado, Benício Tavares (PMDB), que se candidatou e foi eleito em todas as legislaturas desde que a CLDF foi criada. Em 2002 a maioria dos/as deputados/as estão em sua primeira legislatura (54,2%), já em 2006 a maioria esteve presente na CLDF pelo menos uma vez.

A frequência para deputadas e para deputados que fizeram parte da CLDF em apenas uma legislatura é praticamente a mesma. Das deputadas que já fizeram parte da CLDF em

algum momento, 60% (2002) e 33,3%(2006) estão em sua primeira legislatura. Essa diferença de percentual aponta que houve mais mulheres reeleitas (2 deputadas) que o número de principiantes (1 deputada). Nesta tabela, a diferença das trajetórias entre deputadas e deputados, com vantagem para os deputados, aparece mais acentuada a partir da frequência do segundo mandato exercido.

A **TABELA 18** - abaixo aponta os cargos que as deputadas e deputados exerciam ou desincompatibilizaram-se imediatamente antes das eleições⁸.

Cargo Eleição	2002						2006					
	M	%	H	%	Total	%	M	%	H	%	Total	%
Deputado/a Federal	0	0	1	5,3	1	4,2	0	0	0	0	0	0
Deputado/a Distrital	2	40	7	36,8	9	37,5	2	66,7	10	47,6	12	50
Nenhum	3	60	11	57,9	14	58,3	1	33,3	11	52,4	12	50
Total	5	100	19	100	24	100	3	100	21	100	24	100

Fonte: Elaboração própria/Pesquisa: Carreira e Gênero no Brasil

TABELA 19 - Nas eleições imediatamente anteriores.

Eleição Anterior	2002						2006					
	M	%	H	%	Total	%	M	%	H	%	Total	%
Concorreu a senador/a e perdeu	1	20	1	5,3	2	8,3	0	0	0	0	0	0
Elegeu-se deputado/a federal	0	0	1	5,3	1	4,2	0	0	0	0	0	0
Concorreu a deputado federal e perdeu	0	0	1	5,3	1	4,2	0	0	0	0	0	0
Elegeu-se deputado/a estadual ou distrital	2	40	7	36,8	9	37,5	2	66,7	10	47,6	12	50

⁸ Os outros cargos eletivos possíveis foram retirados desta tabela e da TABELA 23, pois não havia nenhum/a deputado/a que tivesse exercido ou concorrido ao cargo.

Concorreu a deputado/a distrital e perdeu	1	20	4	21,1	5	20,8	0	0,0	3	14,3	3	12,5
Nenhuma das opções	1	20	5	26,3	6	25	1	33,3	8	38,1	9	37,5
Total	5	100	19	100	24	100	3	100	21	100	24	100

Fonte: *Elaboração própria/Pesquisa Carreira e Gênero no Brasil*

De acordo com os dados da TABELA 19 acima, somente uma deputada não concorreu ou exerceu algum mandato eletivo. Um deputado nas eleições anteriores concorreu e perdeu para deputado federal e outro era deputado federal, mas voltou à CLDF. O percentual de deputados que se candidatou ou ocupou outros cargos é em geral maior que o das mulheres.

É importante apontar que a CLDF é uma Câmara Distrital corresponde ao peso político de uma assembléia legislativa e espera-se que a maior parte dos deputados que passa por ela não terá um histórico de ocupação de cargos no centro do campo político já que o Distrito Federal não conta com uma câmara de vereadores. Porém, seu estudo não é menos importante para compreender como se dá a carreira política de mulheres. A análise dos/as eleitos/as para a CLDF, assim como assembléias estaduais, pode se concentrar na trajetória anterior ao ingresso na política e até mesmo buscar os motivos que os/as deputados/as desistem logo no início da trajetória política formal. Esses aspectos são bons pontos para serem explorados em estudos futuros.

TABELA 23 – Vezes em que ocupou o cargo de Secretário/a Distrital:

Secretário/a Distrital	2002						2006					
	M	%	H	%	Total	%	M	%	H	%	Total	%
Nenhuma vez	4	80	15	78,9	19	79	3	100	18	85,7	6	25
Uma vez	0	0	3	15,8	3	13	0	0	2	9,5	2	8,3
Duas vezes	1	20	1	5,3	2	8,3	0	0	1	4,8	1	4,2
Total	5	100	19	100	24	100	3	100	21	100	24	100

Fonte: *Elaboração própria/Pesquisa Carreira e Gênero no Brasil*

De acordo com o quadro acima, somente uma deputada, Eurídes Brito (PMDB), foi Secretária de Governo no Distrito Federal e exerceu esse cargo duas vezes. Eurídes Brito (PMDB) já foi apadrinhada por Roriz (PSC) em 2010 teve seu mandato cassado por

envolvimento em escândalo de corrupção⁹.

Conclusões

A sub-representação de mulheres na Câmara Legislativa do Distrito Federal é evidenciada, assim como é evidenciada em todas as Assembleias Legislativas das unidades da Federação e na Câmara dos Deputados. A CLDF tem poucos anos de institucionalização e desde sua Primeira Legislatura (1991-1994) a que mais contou com a presença de mulheres foi na Quarta Legislatura (2003-2006), com cinco mulheres.

O partido político que mais elegeu mulheres no Distrito Federal foi o Partido dos Trabalhadores, que elegeu desde a Primeira Legislatura da CLDF nove deputadas. Depois do PT, em número de mulheres eleitas vem o PSDB, responsável por quatro das cadeiras ocupadas por mulheres, e o PMDB, com três deputadas eleitas ao longo das legislaturas da CLDF. Em relação aos partidos, foi constatado que as mulheres têm presença concentrada nos partidos grandes e de esquerda, enquanto os homens têm presença mais dispersa entre o tamanho e o espectro ideológico dos partidos políticos. Dos vinte e três partidos que já tiveram pelo menos um/a representante na CLDF, as mulheres estiveram presentes em oito deles, enquanto os homens em vinte dois partidos.

O fato das mulheres eleitas estarem concentradas nos maiores partidos do Brasil evidencia também que os partidos menores estão elegendo poucas mulheres no DF. Essa constatação demonstra uma contradição do sistema partidário com o que a literatura aponta. De acordo com a literatura, sistemas pluripartidários tendem a ser menos fechados que os partidos grandes para mulheres porque absorveriam mais os novos atores que os partidos grandes (ARAÚJO, 2005). Porém, no Distrito Federal, não é possível afirmar a existência dessa abertura por parte dos partidos pequenos às mulheres. Se os partidos pequenos tendem a ser mais abertos à novos atores, no Distrito Federal isso não acontece, pelo menos não para as mulheres.

Um dado interessante é o peso do Partido dos Trabalhadores na representação política do DF. O partido é o que mais elegeu deputados/as para CLDF. O peso do PT é grande, pois ele é o principal responsável pelo percentual de mulheres se concentrar no espectro ideológico da esquerda e em partidos grandes. Um fato curioso é que o número de candidatas que o PT

⁹ Esquema de corrupção que ficou conhecido como “Mensalão do DEM” e que foi apurado pela Polícia Federal na operação Caixa de Pandora.

costuma lançar nas eleições, embora seja o partido que se destaca em relação à representação de mulheres na CLDF, não chega perto de 30% do total. A hipótese de que uma maior quantidade de candidatas por partido resultaria em mais eleitas não tem sido direta no Distrito Federal. Em 2010, dos seis partidos que obedeceram a proporção de um mínimo de 30% de candidatas três conseguiram eleger uma deputada. Esse resultado é diferente das duas eleições anteriores, em que entre o mesmo número de partidos com esse percentual mínimo de candidatas somente um conseguiu eleger uma deputada.

Embora a Câmara Legislativa do Distrito Federal seja a primeira etapa da carreira política para no DF, é possível enxergar uma dinâmica de cargos e acumulação de capital político compatível com sua condição de início de carreira política. Os dados expõem que, em geral os deputados passam mais tempo na CLDF que as deputadas. Um estudo mais aprofundado para o futuro poderia analisar com mais detalhes a origem dessa diferença, ou seja, se as mulheres estão desistindo ou não estão conseguindo progredir como os homens na carreira política.

Como foi evidenciado, os tipos de capital político e algumas características pessoais agem na política formal como filtros. Porém, a existência desses filtros não faz com que os indivíduos selecionados sejam mais capacitados que outros. A ação desses filtros cria um padrão de seleção que não permite que sujeitos e grupos sociais estejam presentes no campo político. A existência então de barreiras diferenciadas para mulheres e homens, assim como para outros grupos sociais, nos remete o questionamento sobre “quem” pode falar.

Por outro lado, os resultados da pesquisa apontam uma forte presença de mulheres na CLDF que contaram com tipo de capital político associativo. Este fato pode ser a evidência de que há espaços políticos mais abertos aos novos atores e que esses espaços estão servindo de recrutamento aos partidos políticos. No entanto, os filtros tradicionais ainda são fortes e responsáveis, em boa parte, pelos indivíduos que ocupam o centro do campo político.

A representação política como ela se configura ainda não é capaz de incluir a presença de grupos sociais historicamente oprimidos como mulheres, por exemplo. No mês de julho de 2013 o Brasil foi marcado por uma série de protestos que reivindicavam diversas insatisfações. Uma das insatisfações mais evidente era com o sistema político atual. A resposta a essa insatisfação foi a possibilidade de uma reforma no sistema político. Com essa demanda em pauta as mudanças do sistema tornam-se alvo de disputa e uma delas é a que pede um sistema de lista fechada com alternância de gênero entre os candidatos/as. No entanto, o debate sobre gênero na política e a importância de tornar o espaço político mais aberto ainda é tímido e pouco debatido nas discussões sobre a reforma política.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Clara. “Potencialidades e Limites de Cotas no Brasil”, *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, vol. 9, nº.1, 2001a.

_____ “As Cotas por Sexo para a Competição Legislativa: O Caso Brasileiro em Comparação com Experiências Internacionais”. *Dados*, Rio de Janeiro, vol.44 nº.1, 2001b.

_____ “Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política”. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, nº 24, 2005.

ARAÚJO, Clara e ALVES, José Eustáquio Diniz. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 50, n. 3, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007 [1989].

COSTA, Ana Alice A. “O Movimento Feminista no Brasil: Dinâmicas de uma Intervenção Política”. *Revista Gênero*. Niterói, vol. 5 nº. 2, 2005.

LEONI, Eduardo, PEREIRA, Carlos e RENNÓ, Lúcio. “Estratégias para sobreviver politicamente: Escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil”. *Opinião Pública*, Campinas, vol 9, nº 1, 2003.

MARQUES, Danusa. MACHADO e Carlos. RECCH, Felipe. Obstáculos à consolidação democrática: a baixíssima representação política feminina no Brasil. *19º Encontro da International Political Science Association – IPSA, 2009*.

MATLAND, Richard. “Enhancing Women’s Political Participation: Legislative Recruitment and Electoral Systems”. *Women in Parliament: Beyond Numbers*, IDEA, 2005.

MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. *Revista Estudos Feministas*. Nº 18, Florianópolis, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe e QUEIROZ, Cristina Monteiro de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 14, 2006.

PERISSINOTTO, Renato M.; MIRÍADE, Angel. “Caminhos para o Parlamento: Candidatos e Eleitos nas Eleições para Deputado Federal em 2006”. *Dados*, Rio de Janeiro, Vol. 52, nº 2, 2009.

- PINHEIRO, Luana Simões. *Vozes femininas na Política. Uma análise sobre as mulheres parlamentares no Pós-Constituinte*. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.
- RANGEL, Patrícia. “Participação feminina na política institucional: análise do sistema eleitoral brasileiro e sugestões de mudança”. *Relatório Anual 2009/2010 do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010.
- SANTOS, André Marengo dos e SERNA, Miguel. “Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 22 n°. 64, 2007.
- SANTOS, André Marengo dos. “Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: Tendências e descompassos”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 16 n° 45, 2001.
- WALBY, Sylvia. *Theorizing patriarchy*. Oxford: Blackwell, 1990.